



Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Trabalho, Segurança
Social e Inclusão,

Deputado Eurico Brilhante Dias

Assunto: Requerimento para audição urgente do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a propósito do plano de reestruturação da instituição

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) é uma instituição com mais de cinco séculos de existência e o seu trabalho na área social, da saúde, educação e formação, cultura, entre outros, tem-se revelado crucial para a proteção de grupos mais vulneráveis, em particular na Cidade de Lisboa.

Os últimos anos foram difíceis para as contas desta instituição, sobretudo a partir de 2020 e pelo impacto cruzado da escalada do jogo online e da pandemia. Enquanto a pandemia motivou uma pressão brutal sobre a receita (com a paralisação dos jogos sociais, principal fonte de receita da SCML), ao mesmo tempo que exigiu intervenção em maior escala no plano social e de resposta à situação de saúde pública, agudizando assim pressões sobre a despesa – ainda que nem nesse contexto nem depois a SCML tenha deixado de cumprir o seu papel e de dar resposta aos desafios colocados.

Em maio de 2023, a tutela política da instituição optou por uma mudança na liderança da SCML que, por sua vez, avançou com um conjunto de medidas de reestruturação e promoção da sustentabilidade financeira. As contas da instituição em 2023 e nos primeiros meses de 2024 mostram uma melhoria e reequilíbrio sustentado da situação financeira da SCML, ao mesmo tempo que prosseguiam diferentes medidas de reestruturação, como a eliminação de dezenas de lugares de dirigentes ou a renegociação dos acordos com segurança social e saúde e de apoios a outras áreas.



No entanto, em abril de 2024, a Mesa da SCML foi exonerada em bloco, desta vez já por determinação do atual Governo, uma decisão que o Grupo Parlamentar do PS considerou radical e inusitada e que motivou um requerimento para audição urgente, entre outros, da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho.

A nova mesa da SCML apresentou entretanto um plano de reestruturação que, tendo já chegado ao conhecimento da Assembleia da República, também por requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, importa agora escrutinar devidamente. Este plano merece profunda avaliação, desde logo tendo em conta que o atual Executivo acusou a anterior Provedora, Ana Jorge, de inação, apesar das medidas em curso e dos resultados já visíveis, por exemplo no ano em curso.

È essencial compreender, por exemplo, como se vai processar a planeada redução dos custos médios por utente e quais as suas implicações, o que está previsto em termos alienação de património ou o programa de diminuição dos recursos humanos da SCML, do qual é conhecida a intenção de prosseguir com pré-reformas em número significativo. Estas são apenas algumas medidas de um conjunto abrangente que importa discutir em pormenor e com absoluta transparência, para avaliar os verdadeiros objetivos que subjazem a este plano de reestruturação, os impactos e consequências para a SCML e para os serviços que presta à população e para garantir que a capacidade de execução da SCML não é posta em causa.

Assim, face ao exposto, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerer, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, a audição, com carácter de urgência, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Paulo Alexandre Duarte de Sousa.

Palácio de São Bento, 15 de outubro de 2024

As Deputadas e os Deputados

Tiago Barbosa Ribeiro

Miguel Cabrita

Ana Paula Bernardo



Fernando José

Sérgio Ávila

Patrícia Caixinha

Irene Costa

Sofia Canha

Mara Lagriminha Coelho

Lia Ferreira

Patrícia Faro